

# As esquerdas caem na arapuca

FLAMARION MOSSRI

As bancadas das esquerdas na Assembléia Constituinte atiraram no que viram, mas acertaram no que só viram o PFL, o PDS, o PTB e o PDC — a soberania da Constituinte. Os partidos ideológicos e as esquerdas do PMDB queriam mudar o projeto de regimento interno para abrandar as exigências de quórum em vários processos de elaboração da nova Carta. Politicamente, o PFL apoiou essa cruzada, exigindo reabertura de prazo para apresentação de novas emendas, ameaçando não votar o regimento interno.

Os partidos ideológicos e as esquerdas do PMDB acreditavam que os partidos de centro e os moderados do PMDB estavam na mesma posição — por um regimento interno mais democrático, capaz de permitir a participação ativa das minorias na elaboração da nova Carta. Doce ilusão. O PDS, o PFL e o PTB entraram nessa luta, sob o pretexto de abrandar novas emendas e garantir à Constituinte atuar livre e soberanamente na elaboração da nova Carta, e não para modificar a Constituição vigente.

Quando as esquerdas do PMDB acordaram já era tarde. O PT, o PDT, o PSB e o PCB alertaram o PMDB: se dado novo prazo para apresentação de emendas, o PFL, o PDS, o PTB e o PDC não tentariam reduzir o quórum das várias fases do processo de elaboração da nova Constituição, mas sim lutar unidos para derrubar a tese da soberania da Constituinte.

"O líder da maioria é o líder do PFL, José Lourenço", comentou, meio irritado, o líder do PCB, Roberto Freire, com a concordância do líder do PDT, Brandão Monteiro. Eles não estão longe da verdade. Em alguns episódios recentes, o PMDB teve de mudar de posição diante da reação de Lourenço. Foi assim na questão de permitir ou não a participação dos senadores eleitos em 1982 na Constituinte. Aconteceu a mesma coisa na reabertura de prazo para apresentar emendas ao substitutivo do relator ao regimento interno da Constituinte.

A reação, nos dois casos, foi da liderança do PFL. Domingo pela manhã, na reunião dos senadores e deputados-constituintes do PFL, foi unânime a condenação ao substitutivo Fernando Henrique Cardoso: "Castrador", disse Eunice Michillis (AM); "Simplesmente desastroso", afirmou Ricardo Fluzza (PE); "Anti-democrático", declarou Mário Assad (MA); "Casuístico", observou José Thomaz Nono (AL).

O segundo partido da Aliança Democrática decidiu, por unanimidade, não participar da votação e discussão do regimento interno da Constituinte, se Ulysses Guimarães não reabrisse prazo para apresentar novas emendas. Em nome do partido o vice-líder José Thomaz Nono fez o pedido, formalmente, na sessão plenária, domingo à tarde.

O PMDB e as esquerdas foram surpreendidos. Muito mais Ulysses Guimarães e os líderes do PMDB e do governo. Foi um corre-corre. O presidente da Constituinte reuniu-se com os líderes do seu partido. A maioria não queria ceder ao ultimato do PFL. Experiente, Ulysses pediu que a liderança consultasse os coordenadores das bancadas regionais.

Aí o quadro mudou. A maioria aceitou novo prazo, inclusive os chamados "pró-soberania" da Constituinte, surpreendendo os partidos ideológicos. Fernando Henrique, Carlos Sant'Anna, Luís Henrique,

hesitantes no início, também cedaram. Houve preocupação de não romper a Aliança Democrática nesta hora de crise econômica.

Por volta das 20 horas, melo agitado, mas entusiasmado, como se fosse anunciar o maior "furo" do ano, Maurílio Ferreira Lima disse a Carlos Sant'Anna na entrada do plenário: "O prazo vai ser reaberto. O líder fará a comunicação agora". Carlos Sant'Anna, perplexo, observou: "Ele não pode, nem deve fazer isso. É da competência do dr. Ulysses". Maurílio percebeu e corrigiu suas próprias palavras: "O Luís Henrique vai anunciar a nossa posição, a favor de novo prazo às emendas ao regimento".

Cioso, Fernando Henrique Cardoso mostrou ao presidente do PMDB e da Constituinte que deveria ser iniciativa sua, com relator, solicitar à Mesa a reabertura do prazo. Ulysses concordou e assim foi feito. Os líderes do PMDB, do PFL, do PDS, do PTB, do PDC concordaram. Os do PT, PCB e PDT discordaram. O PC do B ficou em silêncio.

Ulysses decidiu reabrir o prazo, o PDT não se conformou, recorreu ao plenário e, após a cansativa chamada nominal, a decisão do presidente foi confirmada por 316 a 41.

O PFL, o PDS, o PTB, o PDC, principalmente, com discreto apoio dos moderados do PMDB, pretendem, na realidade, alterar poucos pontos do trabalho do relator. O principal deles, na opinião de Roberto Freire, é o que se define "projetos de decisão" no capítulo das proposições. "Os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembléia Constituinte, não compreendida nas demais proposições" diz o projeto.

Por essa proposição o grupo "Pró-Soberania", que fez o acordo nesse sentido com o líder do governo, Carlos Sant'Anna, quer abrir cami-

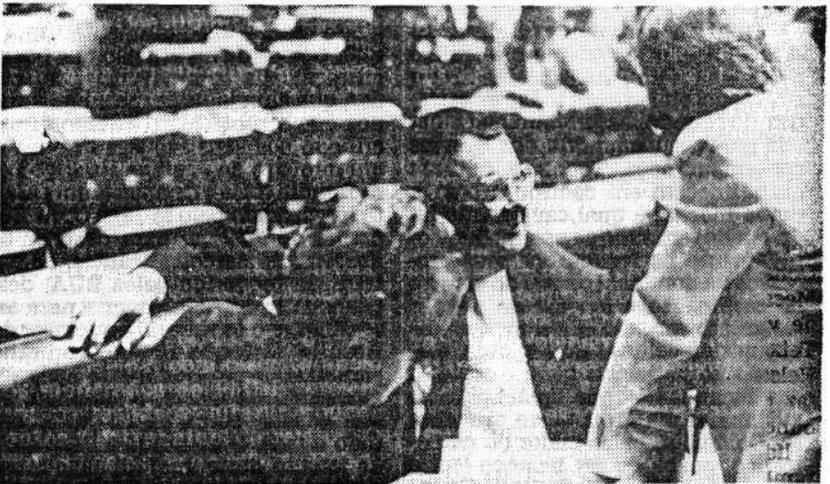
nho às mudanças na atual Constituição. Para ser apresentado o projeto de decisão necessitaria do apoio de um terço dos constituintes (180), e só seria aprovado com o apoio da maioria absoluta (metade mais um) — 280 votos. Mesmo assim os moderados de todos os partidos não gostaram da inovação, dentro da tese de que a Constituinte é livre e soberana para elaborar a nova Carta, e não para alterar a atual.

Outro ponto que o PFL não aceitou é o da competência da "comissão de sistematização".

Essa comissão, além das atribuições previstas no regimento interno, elaborará o preâmbulo, as normas gerais e as disposições transitórias e finais da nova Constituição. O PFL e os demais partidos de centro entenderam que o órgão teria poderes em demasia, até mesmo para elaborar dispositivo das disposições transitórias, marcando a data da eleição presidencial direta.

O relator, porém, disse que o texto foi alterado por iniciativa de Ulysses Guimarães. Seria para a comissão "colaborar" na redação do preâmbulo, das normas gerais e nas disposições transitórias e finais. Com a interferência do presidente do PMDB e da Constituinte, "colaborar" virou "elaborar". As reações surgiram e, certamente, o dispositivo será alterado.

Os líderes do PT, do PCB, do PDT acham que, com o recuo das esquerdas e do grupo "pró-soberania", permitindo novas emendas ao substitutivo, a tendência será a de aprofundar as divergências internas nas bancadas majoritárias do PMDB. Os partidos ideológicos estão certos de que o PFL, o PDS, o PTB e o PDC tentarão, nas novas emendas, impedir qualquer "ato de soberania" da Constituinte capaz de alterar o texto da Constituição vigente.



Passarinho, Delfim e Lourenço armam a arapuca...



...e os grupos de esquerda caem nela com facilidade